

Por que os colonos tomam café solúvel? Hipóteses sobre mudança e permanência do trabalho camponês

YVES MARCEL SERAPHIM

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2984-0498>
yves.seraphim@gmail.com

É difícil, quase impensável, que o trabalho de campo com grupos camponeses seja feito sem uma ou mais xícaras de café, cortesia dos interlocutores que recebem os pesquisadores em seus lares. No Brasil esse gesto de oferta certamente extrapola a parcela rural da população. O café, afinal, é um fio condutor para uma interação amistosa, sobretudo quando pretensamente produtiva, caso de entrevistas, questionários, rodas de conversa e outras atividades compartilhadas entre os cientistas sociais e os sujeitos com quem trabalham.

No entanto, afora menções ligeiras em pesquisas voltadas à antropologia da alimentação (Menasche, 2007; Wedig, 2009; E. Woortmann & Cavignac, 2016)¹, é intrigante notar o quanto despercebida é a presença do café na rotina de campo – e não só de escrita – das Ciências Sociais. Este texto espera contribuir para a desnaturalização do consumo desse item onipresente, frequentemente relegado à condição de objeto cenográfico das descrições etnográficas. Para tanto, precisamos detalhar de que consumo de café estamos falando quando partimos do experiências no campesinato colono no Sul do Brasil.

A bem dizer, é da particularidade do café que nasceu o problema de pesquisa aqui elaborado. Por que os camponeses em questão bebem café solúvel? Ora, a pergunta por si só parece trivial ou mesmo despropositada. Mas é preciso que o leitor imagine uma mesa de café (a refeição, não a bebida). Geleias preparadas com as frutas dos pomares ao redor da casa; ovos fritos no mesmo dia em que foram recolhidos do galinheiro; salames e linguiças feitas dos porcos criados no chiqueiro; leite ordenhado da vaca no estábulo; pães sovados e assados naquela mesma cozinha – lugar do preparo e da refeição. Embora a mesa seja composta

¹ Uma exceção às abordagens contingentes é o trabalho de Ana Carneiro (2015), que, entre outras conversas em torno da cozinha, dedica considerável atenção à socialidade em torno do preparo e do consumo do café no norte mineiro.

também por produtos comprados, é constante a presença de algum alimento cuja elaboração passou pela terra e pelas mãos da própria família camponesa. São alimentos que exigem trabalho, ou seja, tempo e habilidade despendidos. Em contrapartida, o café servido é precisamente aquele classificado como instantâneo.

Como entender o convívio entre o consumo de produtos de extensa elaboração local e o consumo de um café cuja particularidade é a rápida elaboração? A pergunta pode ser levada adiante. Como qualificar a relação entre autossuficiência – característica ideal do pequeno campesinato – e o consumo de bens adquiridos? A proliferação de perguntas diretamente formuladas não é ocasional. Em termos de redação científica, este texto pretende deixar às claras a construção e o teste de diferentes hipóteses para a análise. Aquela que melhor permitir manusear os contextos empíricos será expandida para outras escalas da realidade social camponesa, a fim de se experimentar sua extensão explicativa.

O café solúvel, um desenvolvimento industrial do século XX de um ingrediente muito mais antigo, facilmente atua como ícone da modernidade. No Rio Grande do Sul, uma das principais figuras do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Paixão Córtes, enredou-se em polêmica quando, nos anos setenta, foi garoto-propaganda de uma marca de café solúvel. “Chega de café de chaleira”, dizia o anúncio. Seus companheiros tradicionalistas reprovara. A oposição entre café solúvel e café em pó (classificado como “de chaleira”) deu corpo à disputa entre a modernização e o tradicionalismo, conflito travado também à mesa. No entanto, vale antecipar que este artigo, sem desconsiderar essa dimensão das formas locais de valorização de itens de consumo global e supostamente moderno (Miller, 1998), privilegia uma abordagem simbólica dos processos do trabalho camponês (Brandão, 1995; E. Woortmann & K. Woortmann, 1997), neles incluindo o preparo alimentício. Essa inclusão é necessária para evitar que as atividades desempenhadas pelas mulheres camponesas, entre elas aquelas da cozinha, deixem de ser observadas como trabalho (Paulilo, 1987).

Antes de darmos sequência ao problema de pesquisa, seguem algumas palavras que contextualizam a empiria aqui trabalhada. As cenas vivenciadas e que inspiram este artigo decorrem de momentos de trabalho de campo ou experiências menos estruturadas de visita, sem intenções de pesquisa, a movimentos sociais. O principal trabalho de campo foi conduzido com camponeses fumicultores na região do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina. Por sua vez, a visita ocorreu em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no município de Canguçu, no sul do Rio Grande do Sul². Ambos os grupos sociais se identificam como *colonos*, isto é, camponeses de historicidade ligada a alguma nacionalidade presente nas migrações europeias ao Brasil entre a metade do século XIX e início do XX.

Os colonos fumicultores do Alto Vale do Itajaí são de ascendência alemã (teuto-brasileiros, portanto), ao passo que os colonos assentados de Canguçu são de ascendência italiana (ítalo-brasileiros) e viviam, à época da origem do MST em municípios do Norte do Rio Grande do Sul – região de colonização italiana –, de onde saíram para a instalação do assentamento ao sul do estado. Além da empiria de primeira mão, há de se recorrer a exemplos presentes na bibliografia sobre grupos camponeses no Brasil. Tais referências abrem caminho a comparações e contrastes importantes para a argumentação.

² O assentamento em questão foi palco de pesquisas de Larissa Mattos da Fonseca a propósito das interações técnicas de mulheres e vegetais ao longo de matos e hortas (Fonseca, 2019).

Na primeira seção, a propósito da substituição de outras formas de café, experimentaremos três hipóteses explicativas: 1) a facilidade técnica, 2) o prestígio do uso não mediado do leite (como líquido para dissolver o café solúvel), 3) a permeabilidade seletiva dos processos camponeses de trabalho. Convém adiantar que é a terceira hipótese a mais rentável analiticamente. Para testá-la, duas comparações são mobilizadas.

A primeira se dá em escala diacrônica, mas nos limites dos grupos sociais colonos estudados mediante a descrição do antigo uso de outros vegetais que, torrados e pilados, complementavam o café em pó comprado. A segunda comparação inverte o procedimento. Dos colonos, vamos para exemplos etnográficos de outros grupos camponeses que cultivam seu próprio café até hoje – ou até o tempo da redação etnográfica. Dessa maneira, a interpretação dos dados indica que a implementação do café solúvel ocorreu em uma seara produtiva pouco extensa para os parâmetros do trabalho camponês, em que certos insumos são cultivados, processados e consumidos no interior do mesmo sítio. A hipótese é que essa pequena extensão do encadeamento produção-consumo, interno ao sítio, facilita a transformação, vide o baixo investimento técnico e simbólico sobre os insumos pouco trabalhados.

Após uma seção dedicada à questão do consumo do café solúvel, o artigo desdobra, em nova seção, um dos argumentos desenvolvidos: a caracterização do campesinato contemporâneo pelo tenso convívio entre o ideal da autossuficiência e necessidade crescente de incorporações advindas de fora do sítio. Veremos como a alimentação é apenas um entre vários códigos da vida social em que os camponeiros se encontram dentro de um difícil equilíbrio para organizar os insumos de seu trabalho.

Mudanças nas edificações do sítio, o fim do mutirão agrícola, a implementação dos agrotóxicos e as estratégias face à proletarização de parte dos camponeses são tematizados e comparados para observar uma estratégia simbólica que emerge em resposta. Trata-se do alargamento do escopo dentro do qual os colonos se identificam com outros atores sociais, incluindo, há algum tempo, trabalhadores distantes do serviço agrícola em si, mas participantes de um mesmo fundo técnico e econômico, o assim chamado Agro.

Por que os colonos tomam café solúvel?

Era o dia de minha primeira visita a uma determinada família de fumicultores no Alto Vale do Itajaí. Reunimo-nos no galpão, onde o fumo colhido é secado em uma estufa movida à lenha e, em seguida, acondicionado para o dia em que será fretado a uma empresa fumageira, local de sua venda. Em meio à conversa sobre a produção, a fumicultora chega com uma térmica e algumas xícaras. Apontando para a térmica, avisa: “já está temperado!”. Confesso não ter entendido o significado. Servi uma xícara. No primeiro gole assimilei o comentário: o café da térmica estava misturado com leite e adoçado. No mais, o sabor – e a memória de outras visitas – não deixava dúvidas de que era café solúvel.

Dias antes, eu estive com outras duas famílias para apresentar a ideia da pesquisa e ter conversas preliminares. Fui recebido em mesas fartas. Jazia ali também uma chaleira fumegante, fonte da água quente com que se misturaria, diretamente nas xícaras dispostas, o café solúvel ao gosto de cada um, mais ou menos concentrado. Também no primeiro contato de campo com outros dois fumicultores, pai e filho, tomamos um segundo café no chão à beira da lavoura. Acompanhando-nos estavam a água quente na térmica e o pacote plástico de café solúvel.

No ano seguinte, em um assentamento do MST em Canguçu, foi que a persistência do café solúvel me apareceu de forma mais nítida. Em um dos tantos cafés da tarde, um agricultor insistiu comigo: “pode misturar o café direito no leite!”. Eu respondi preferir dissolver na água quente, mas ele fez questão que eu utilizasse o leite, tirado da vaca naquele mesmo dia. Assenti.

Após dias em que o único café que eu consumia era solúvel, uma das agricultoras assentadas, que naquela manhã também havia servido café solúvel, chamou à cozinha após o almoço. “Querem um cafezinho passado?”. Disse que costumava fazer para ela mesma apenas, já que os demais da casa preferiam o café solúvel. Admiti preferir café passado e aproveitei a oferta. Aliás, é evidente que a problemática em torno do tipo de café surge de um estranhamento corporal nos momentos de trabalho de campo, a saber, minha relativa falta de hábito com o café solúvel.

Cenas como as descritas acima foram corriqueiras ao longo do trabalho de campo. Não há muito mais o que narrar, especialmente porque, ao contrário de pesquisadores dedicados ao estudo da alimentação, meus momentos em campo não se concentravam em observações detalhadas das refeições, tampouco contaram com entrevistas sobre o tema. Saibamos, portanto, que o consumo do café solúvel ocorre e que ele, como parte da alimentação, não está desconectado dos demais componentes das refeições em que se faz presente. A partir daí voltamos à pergunta básica: por que os colonos tomam café solúvel? Priorizaremos o caráter produtivo da ação de consumo (Marx, 2017). Portanto, talvez fosse melhor alterar o fraseamento: por que os colonos preparam café solúvel?

Começa aqui uma série de três hipóteses

1) Facilidade técnica

Desde as primeiras vezes em que conversei com outras pessoas, inclusive com acadêmicos, sobre o problema de pesquisa aqui abordado, muitos me ofereciam uma resposta rápida: os colonos preparam café solúvel porque é mais fácil. Sintetizando, a hipótese da facilidade se baseia na observação de que o café solúvel dispensa alguns objetos (filtro e suporte) e atividades (coar e depois limpar os utensílios da coação) mediadoras ou envolvidas no preparo. Basta esquentar a água, colocar a quantidade de café solúvel no recipiente desejado – muitas vezes direto na xícara – e misturar.

O leitor atento a como o problema de pesquisa foi levantado no início do texto pode ter percebido que a contradição que apela à investigação se dá justamente no contraste entre uma mesa com alimentos extensamente preparados e um café de curta preparação. A suposta facilidade não aparece quando o assunto é geleia ou pão, que em vez de serem comprados são produzidos no local, a partir de ingredientes que incluem produtos animais e vegetais produzidos também no sítio.

A hipótese da facilidade nasce da pressuposição de que uma atividade técnica – coisa que o simples preparo de café não deixa de ser – é, em si, mais fácil ou difícil do que outra. Curiosamente, não foi isso que uma pesquisa de publicidade percebeu entre consumidores urbanos de café. No ano de 2006, em busca de expandir o número de consumidores, a marca Nescafé encomendou uma pesquisa de mercado que constatou que a principal barreira que afastava consumidores em potencial do café solúvel era o preparo do produto (Nascimento, 2009).

Em resumo, esta primeira hipótese, presente no senso comum sobre o uso do café solúvel, é infundada por duas razões. Em primeiro lugar, a culinária camponesa inclui processos longos e habilidosos de produção de alimentos cotidianos que participam da produção de um corpo camponês apto ao trabalho agrícola (Wedig & Menasche, 2008; E. Woortmann & K. Woortmann, 1997). Logo, rapidez ou facilidade não são critérios imperiosos ou únicos na decisão dos preparamos culinários. A segunda razão ficou nítida pela referência ao exemplo publicitário: não se pode presumir facilidade ou atribuí-la imediatamente a um determinado preparo a despeito de outro. A tradição da antropologia da técnica é consensual em apontar a irredutibilidade da habilidade técnica, o que significa que toda forma de atividade exige aprendizagem, tempo e esforço (Sigaut, 1994). Aceitar a facilidade como princípio explicativo seria incorporar a intenção publicitária de vender um produto como inherentemente simples ou prático e, como tal, melhor.

2) O prestígio do leite

A crítica a uma noção simplista da incorporação tecnológica do café não deve afastar a análise de outras considerações técnicas a respeito do preparo do café solúvel. Falas como “pode misturar o café direito no leite!” suscitam essa característica técnica do café solúvel, a saber, a possibilidade de dispensar a água quente como meio de solução do café (que só então seria misturado com o leite), em prol da solução direta no leite quente. Em tom genérico essas afirmações são pouco significativas, mas isso muda quando retornamos a realidades camponesas em que o leite é produzido e consumido localmente.

Em um dos tantos cafés da tarde que passei junto aos colonos do Alto Vale do Itajaí, uma fumicultora se desculpou pela ausência de leite à mesa. Explicou que desde a morte da última vaca, há cerca de um ano, a família não havia reposto o animal e vivia sem o consumo diário do leite. A falta do leite denotava a falta da vaca e essa dupla ausência era sinal de insuficiência dentro dos parâmetros camponeses. Em compensação, o encorajamento com que um agricultor assentado sugeriu o consumo do café solúvel diretamente no leite indicava a abundância do produto. Era, afinal, uma família cuja principal produção era leiteira.

Ellen Woortmann (2013, p. 15) apresenta uma distinção social entre a preparação de *Käschmier* (um creme de queijo similar à ricota) com base em nata e creme de leite – método dos colonos mais abastados – e a preparação com base apenas no leite – opção dos colonos ditos “fracos”. Os colonos “fortes”, por dispor de mais vacas e, por conseguinte, de mais leite, podem arcar com a redução culinária acarretada pela transformação do leite em outros subprodutos. De forma semelhante, enxergamos aqui um escopo mais amplo e uma distinção ainda mais marcada: abundância de leite/escassez de leite.

Ainda que a ausência de leite não implique a ausência de café solúvel, é notável como, graças às características técnicas de sua solução, é o café solúvel, e não outras formas de café, que melhor permite o uso suculento do leite. Sabemos, desde Bataille (2014), em sua leitura de *Ensaio sobre a dádiva* de Mauss (2005), que o dispêndio é uma fonte de prestígio. Logo, por viabilizar tecnicamente um intenso uso de leite, o café solúvel pode significar, para os colonos com meios suficientes, um meio culinário que acomoda a já existente valorização social do consumo do leite produzido pela própria família. No

entanto, essa hipótese tem capacidade explicativa restrita aos colonos classificados como “fortes”, e o que vimos nos percursos pelo interior foi um consumo generalizado, incluindo colonos pobres, do café solúvel. Convém desenvolver ainda uma hipótese de explicação mais extensiva.

3) A permeabilidade do encadeamento dos supostos da produção

Convido o leitor para um breve exercício comparativo no tempo e no espaço. Entre os colonos, o café solúvel é um item comprado nas vendas e mercados. Como pude conferir em perguntas mais recentes em minhas últimas estadas no interior, antes da difusão do café solúvel na região, algo entre os anos 70 e 90, o café em pó era o produto utilizado. Era adquirido, como sal, tecidos e outros produtos não produzidos pelos agricultores. Como estratégia para “fazer render” o café comprado, era comum que outros alimentos, estes produzidos localmente, fossem torrados, pilados e adicionados ao café em pó para o preparo da coação. Nas famílias mais pobres, os produtos torrados não apenas complementavam o café, mas o substituíam por completo.

Somando as conversas com colonos e a literatura temática, encontramos menções à torra do fubá (milho), da batata doce, do amendoim, do inhame e da soja (Oliveira, 2009, p. 99)³. De todo modo, a comparação revela que, décadas atrás, a compra do café em pó não excluía a inclusão de alimentos produzidos e beneficiados localmente no próprio preparo da bebida.

Agora uma comparação com outros grupos sociais. A bibliografia sobre camponeses de outras regiões, sobretudo do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste, ocasionalmente referencia um fato contrastante em relação aos colonos sulinos. Esses outros camponeses consomem o café que eles mesmos plantam e beneficiam. Bom, após a constatação de que os colonos convertiam outras plantas em “café”, o contraste aparenta ser menor, mas não desaparece.

Entre sitiantes sergipanos nos anos 80, Ellen e Klaas Woortmann (1997, p. 83) identificam pés de café ao redor das casas. O café é plantado pelos homens e beneficiado pelas mulheres, sem que tais processos entrem na esfera simbólica do “trabalho”, reservado ao labor masculino no espaço do roçado. Ainda assim, como o leite entre os colonos, a autossuficiência do café denota o êxito na reprodução camponesa local.

Outras etnografias, como a de Carlos Rodrigues Brandão e José Ramalho (1986, p. 31) sobre o campesinato goiano e a de Ana Carneiro (2010) no norte mineiro indicam somente a moagem do café, da qual parece seguro – embora não completamente certo – deduzir a produção local do vegetal. Por sua vez, o dossiê de patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, demonstra algo similar aos relatos dos colonos sulinos. Além do próprio café cultivado localmente, a produção de arroz (Instituto Socioambiental, 2017, p. 62) e da cana-de-açúcar (Instituto Socioambiental, 2017, p. 60) era convertida em substâncias torradas a partir da qual se preparava o café-líquido.

De volta ao fio argumentativo, o que há de comum entre os contextos de produção-consumo descritos nesta subseção? Todos apresentam um parâmetro clássico para a definição dos grupos sociais

3 Aliás, vale apontar que o açúcar, um dos possíveis itens torrados, mesmo que fosse comprado, normalmente era adquirido de algum vizinho que possuísse engenho.

camponeses, a autossuficiência por meio do consumo de insumos (alimentos e outras matérias ou objetos) produzidos pelos próprios camponeses. O café consumido, mesmo quando inclui uma parcela de café em pó propriamente dito, é complementado ou, em outros casos, totalmente produzido com vegetais que não são do gênero biológico *Coffea* L. A bem dizer, nos casos em que há cultivo local de café, não se viu menção ao conjugamento com outros ingredientes – algo que, mesmo assim, não se exclui das possibilidades econômicas disponíveis aos camponeses.

No restante dos exemplos citados, ora o café é complementado, ora é substituído por outros ingredientes. É intrigante que a própria noção de “café” se torne menos substantiva, afinal, vê-se que a classificação cafeeira se mantém para todo um espectro de outros vegetais, contanto que torrados, moídos e preparados na forma de uma bebida quente consumida para a formação cotidiana de um corpo forte e apto ao trabalho. Tanto melhor se tal ingrediente puder ser produzido ali mesmo onde será consumido.

Sem dúvidas, trata-se de uma estratégia econômica, o que não a desvincula de outros aspectos sociais. A partir de uma abordagem simbólica das diferenças espaciais internas aos sítios camponeses, Ellen Woortmann chama de “internalização dos supostos da produção” (E. Woortmann, 2009, p. 120) a tendência de aproveitamento dos insumos produzidos em um determinado espaço do sítio nos processos produtivos de outros espaços. Com outras palavras, Klaas Woortmann qualifica essa espécie de circuito como uma “lógica camponesa de manter internos à unidade produtiva os supostos da produção-reprodução” (K. Woortmann, 1982, p. 215).

Os vários vegetais que faziam a vez do café eram cultivados com outros propósitos, sobretudo para o consumo na forma de ingredientes para comidas, e não apenas para bebidas. Entretanto, pouco vale discernir se havia um fim particular ou mais destacado para determinados insumos alimentares. Fato é que os colonos transformaram algo que enchia um prato em algo que enchia uma xícara, sem entrar em outras distribuições, como as batatas-doce, que são misturadas com inhames em grandes tachos cozinhados pelos homens longe da cozinha para alimentar os porcos. Porcos, aliás, que expressam bem o aproveitamento interno dos insumos do processo produção-consumo, uma vez que eram alimentados também com a lavagem, isto é, a mistura de restos de alimentos da família camponesa, somada ainda de subprodutos descartados ao longo do preparo culinário.

Outro bom exemplo é a galinha caipira, cuja diferenciação com as demais galinhas decorre de uma dieta baseada apenas nos insumos “naturais” (minhocas, insetos etc.) e cultivados localmente (como milho e certas folhas), o que exclui, portanto, o uso de rações animais. A galinha caipira é aquela criada necessariamente dentro da internalização dos supostos da produção. Já a galinha hoje denominada “comum” depende da incorporação comercial de um produto industrial, a ração. Ambos os tipos eventualmente convivem como diferentes métodos de criação animal dentro de um mesmo sítio. Para ocasiões especiais e pratos específicos é a galinha caipira que brilha aos olhos.

De um jeito ou de outro, percebe-se que os colonos já não são (se é que algum dia foram) totalmente autossuficientes, mas que tampouco deixaram de lado a pretensão de, ao menos para alguns aspectos da sua vida, poderem manter o controle dos insumos produtivos no interior do seu sítio.

Mas o que dizer sobre o consumo do café solúvel? Ao que parece, sua implementação efetiva entre os colonos sulinos se deu entre os anos 70 e 90, à medida que o café em pó deixava de dividir espaço no coador

com os “cafés caseiros” feitos localmente com outros vegetais. Ainda com a versão em pó, o consumo do café deixava de ser algo que misturava produtos internos e externos ao sítio, tornando-se efetivamente algo dependente da aquisição comercial nos mercados e vendas locais.

Recapitulando: 1) as atividades de consumo são atividades de trabalho tanto quanto as de produção; 2) as atividades de consumo são parte de um encadeamento com as atividades produtivas dentro de um conjunto espacial (i.e. o sítio) e social (i.e. a família camponesa) de trabalho; 3) por conta desse caráter encadeado, mudanças nas atividades de consumo repercutem nas atividades de produção e vice-versa; 4) há uma variação na extensão ou densidade dos encadeamentos de produção-consumo, uma vez que varia o número de atividades ao longo da transformação da matéria trabalhada ao longo da cadeia.

Das premissas construídas até aqui, a hipótese aqui aventada é que as sequências de produção-consumo são mais permeáveis à mudança em encadeamentos pouco densos, isto é, em que o trabalho dispensado com os elementos apresenta poucas etapas internas ao sítio. Há uma relação de proporcionalidade inversa. Quanto mais um elemento é trabalhado (desde o cultivo, passando pelo beneficiamento e chegando ao consumo) no interior do sítio, menos permeável seu encadeamento produtivo é a mudanças externas. Naturalmente, o contrário também se aplica.

Até onde sabemos, entre os colonos do Sul, o café não foi um item cultivado. Mesmo quando complementado com os “cafés caseiros”, ainda envolvia a aquisição do café em pó. Logo, a carga e a variedade de trabalho em torno do café era particularmente baixa, o que, de acordo com a hipótese em tela, significa uma alta permeabilidade de seus processos a incorporações externas. É por isso que, em contraste com outros alimentos servidos à mesa colona, compostos por ao menos um ou outro ingrediente ou processo local de trabalho, o preparo do café se presta facilmente a novidades e mudanças, caso do café solúvel.

Em síntese, a densidade maior ou menor dos processos de trabalho considerados autônomos – porque são realizados pela família camponesa no interior do sítio – é correspondida por uma densidade maior ou menor na organização simbólica dessas atividades. Por isso o consumo de ovo, produzido a partir da criação de aves no interior do sítio para a alimentação da família, era referenciado pelos colonos que criticavam o modo de vida de alguns fumicultores, que, segundo eles, passavam a comprar ovos no mercado – escândalo colono. Simultaneamente, nunca ouvi queixa a respeito da aquisição de café solúvel, afinal o café já não era, desde sua versão em pó, um item produzido no sítio. Menos que a preocupação com a entrada de vetores de uma suposta modernização, o que baliza as expectativas dos colonos é a preservação de um encadeamento material em que ao menos alguns elementos passem da produção ao consumo no interior do sítio e quase exclusivamente mediante o trabalho das mãos camponesas.

É importante que notemos uma consequência analítica dessa hipótese. Afirmar que algumas sequências produção-consumo são mais ou menos permeáveis do que outras implica considerar que as transformações técnicas, econômicas e simbólicas envolvidas no trabalho não são indiferentes às matérias com as quais elas se engajam. A mudança no trabalho com o café – lembrando que próprio o ato de preparo do café é trabalho – não foi ou será igual às mudanças com outras matérias. Assim, apontar a difusão do café solúvel, tendo em vista uma história particular de produção e consumo entre os colonos, não servirá de emblema imediato para outras mudanças. Seria necessário estudar, caso a caso, as sequências laborais, como brevemente mencionadas para o caso da criação de galinhas e porcos.

Se as mudanças estão intimamente vinculadas às matérias sobre as quais incidem, o que significa que nem toda mudança no trabalho com uma matéria acarreta uma mudança geral em outros elementos, então há um convívio entre sequências de produção-consumo com diferentes níveis de autossuficiência e incorporação. Aí está um substrato generalizável da hipótese desenvolvida, a observação de que o sistema de trabalho camponês existe mediante um equilíbrio complexo entre os gradientes de autossuficiência e dependência externa. É essa ideia que exploraremos na próxima seção deste artigo. Isso permitirá, ademais, observar se as hipóteses geradas para um caso produtivo-culinário permanecem coerentes para outros códigos da vida dos colonos.

O “agro” e a redefinição dos limites do campesinato colono

Para estar diante de uma mesa posta para o café da manhã ou da tarde, o observador precisa, por óbvio, adentrar uma casa. Ali ele conseguirá enxergar a convivência entre produtos industriais de rápido preparo e produtos caseiros. Mas e fora do âmbito doméstico, o que se vê? No Alto Vale do Itajaí, como em outras regiões rurais do Sul do Brasil, quem passa pelas estradas rurais verá casas, galpões, roças, mangueiras para animais e pessoas transitando entre esses espaços. Com frequência, veem-se colonos carregando pulverizadores costais, com os quais espalham agrotóxicos sobre o solo ou sobre as plantas cultivadas.

Os colonos me diziam que o agrotóxico, ou simplesmente o “veneno” – como chamam corriqueiramente – permitia que serviços como a carpina com a enxada fossem menos dispendiosos. As falas se resumiam a uma máxima: “O veneno faz o serviço por mim”. Foi Renata Menasche (2004) quem notou, a respeito da adesão aos agrotóxicos, uma estranha inversão na moral camponesa consensualmente identificada na literatura até então: a ética do trabalho. De fato, trabalhar, ou melhor, trabalhar pesado servia de diacrítico em relação aos trabalhadores não camponeses ou, dentro da diversidade camponesa, de um ideal racializante que coloca descendentes de imigrantes europeus no alto da escala laboral (caprichosos, esforçados) e grupos “brasileiros” (o que inclui negros e outros indivíduos possivelmente brancos, mas sem distinção nítida de origem europeia) (Seyferth, 1982).

Contudo, a incorporação dos agrotóxicos envolveu novas elaborações sobre o valor do trabalho. Tal novidade pode ser caracterizada como o deslocamento de ideias em torno da contratação de serviço (como a mão-de-obra paga pelos colonos em determinados momentos produtivos, como a colheita) para o campo da utilização do agrotóxico. De toda forma, o que parece certo sobre a conceituação nativa sobre uso dos agrotóxicos é a referência a algo externo ao próprio camponês, ou seja, uma objetivação do instrumento independente do trabalhador que o opera, algo distinto da formulação da enxada como extensão do braço do trabalhador.

De volta ao panorama do sítio camponês, sugiro que nos detenhamos nos galpões. Espaços de armazenamento de produtos e instrumentos, de garagem para carros ou máquinas agrícolas, de manutenção de freezers extras onde as carnes localmente produzidas e cortadas são congeladas, entre outros tantos usos, os galpões permanecem, ainda hoje, como uma das principais expressões arquitetônicas dos colonos. Enquanto muitas casas de madeira deram lugar a casas de alvenaria (ambas construídas pelas mãos dos próprios colonos), os galpões, aparentemente dispensados da tendência modernizante,

conservam estruturas de madeira, sobretudo da época em que as madeiras das matas nativas ainda eram largamente utilizadas. A bem dizer, historicamente, a construção de edificações compostas somente de madeira representa um estágio posterior às primeiras construções fixas dos imigrantes iniciais, baseadas em técnicas como o enxaimel, em que boa parte da estrutura é obtida por outras formas de preenchimento das paredes, a exemplo de barro ou tijolos (Weimer, 2005).

Nos últimos anos, porém, essa realidade vem mudando à medida que se difunde a adoção de galpões pré-fabricados, que os colonos adquirem de empresas especializadas que fornecem projeto, insumos (madeira de reflorestamento e outros) e o serviço de instalação do galpão. De tão valorizados, os galpões pré-fabricados entraram na dinâmica de rifas das festas de levantamento de fundos para as igrejas, junto de gado, eletrodomésticos e outros prêmios.

É certo que a instalação terceirizada de galpões não exclui adaptações posteriores por parte dos colonos, que não abandonam o ímpeto de serem eles mesmos os executores de diferentes ofícios, entre eles a construção. No Alto Vale do Itajaí, isso se verifica também nos sítios em que residências de habitação popular são obtidas por meio de programas públicos para a moradia de novos casais. À medida que seus recursos econômicos se consolidam, o casal levanta anexos à casa-padrão e desenvolve outras adaptações arquitetônicas. Novamente, a entrada de serviços e materiais externos convive com a internalização do trabalho no sítio.

Recuando um pouco mais no tempo, também a história dos mutirões agrícolas testemunha algo semelhante. Com base em uma interpretação tecnológica do mutirão, pude perceber, em meio a entrevistas com colonos idosos do Alto Vale do Itajaí, que sua principal razão de ser estava na capacidade de realizar um serviço de roçagem (no sentido de abertura e limpeza superficial de um espaço) de forma simultânea, de modo que toda a vegetação do espaço da roça secasse em um andamento compartilhado, condição para a queima eficaz meses depois (Seraphim, 2021b). Somente muitas pessoas roçando ao mesmo tempo conseguiam produzir tal efeito. Assim, a entrada do trator e de grandes equipamentos de roçagem a ele acopláveis possibilitou uma roçagem rápida sem a necessidade do mutirão, que desde então, caiu em desuso para as atividades da roça.

No entanto, até hoje diferentes tipos de mutirão ocorrem. Os processos de carnear boi ou porco, por exemplo, ensejam ocasiões festivas em que familiares são convidados e a carne, ainda fresca, tem parte consumida coletivamente no mesmo dia e outra parte dividida entre os presentes. Por sua vez, mutirões na roça ainda se fazem presentes em casos excepcionais, mas não menos estruturados socialmente, de cooperação para suprir alguma ausência ou superar alguma crise na família produtora. São os casos de vizinhos e familiares que se juntam para substituir indivíduos doentes ou sem condição de trabalho ou para agir rapidamente na colheita de lavouras atingidas por fenômenos como chuvas de granizo. Em síntese, embora tenha mudado sensivelmente, o mutirão não deixou de ser praticado por completo e integra uma gama de opções técnicas, econômicas e morais que incluem elementos advindos de fora das terras camponesas, como os tratores.

Na verdade, pareceria exagero classificar algo tão íntimo aos colonos quanto o trator como algo externo. Além de agricultores e construtores, os colonos são bastante familiarizados com os serviços de mecânica. Se a internalização dos supostos da produção é uma base simbólica e uma estratégia econômica que caracteriza a condição colona, há outra característica central à sua reprodução: a unigenitura

da sucessão de terra. Tendo em vista que as terras dos colonos são pequenas, sua fragmentação conforme o número de filhos acarretaria em terras ainda menores, abaixo do limiar básico para a produção. Por isso, é costume manter a terra indivisa, o que significa que apenas um dos filhos sucederá os pais como produtor daquele espaço. Aos demais, restam outras opções, como a aquisição de outras terras, a permanência na terra dos pais/irmão em condição subordinada ou a proletarização.

Para o caso da proletarização, não é surpresa que muitos irmãos não sucessores se interessem por atividades técnicas já desenvolvidas no interior do sítio, a exemplo da mecânica. Outro destino profissional comum nas biografias do campesinato sulino é o de motorista de caminhão (Bloemer, 2000), algo que no interior costuma significar o transporte de escoamento de produtos agrícolas. Reconheço que o debate sobre a proletarização do campo foi reformulado nas últimas décadas (Wanderley, 2009), mas não deixo de prestar atenção às formas de trabalho agrícola desacompanhadas de uma posse agrária, a saber, toda uma sorte de tarefas executadas pelos colonos mais pobres, cuja reprodução social não permite uma sucessão na própria terra de trabalho dos pais, tampouco a aquisição de novas terras (Sraphim, 2024). Ainda assim, esses sujeitos não deixam de aspirar a uma identificação em comum com os colonos proprietários. Sem terra para trabalharem, fazem do próprio trabalho agrícola, por menos especializado que possa ser, um meio de não serem expulsos do universo camponês.

Mas o que essas considerações sobre a implementação de agrotóxicos, a construção de galpões, a redução dos mutirões e alternativas proletárias ao campesinato têm em comum? E ainda, como elas se relacionam com a primeira seção deste artigo, dedicada a mudanças no café? Uma só resposta contempla ambas as perguntas. Todas as situações dizem respeito a como a condição colona contemporânea se organiza a partir de um convívio tenso entre a tendência ideal à autossuficiência e a dependência crescente de recursos, insumos e serviços externos ao sítio e sua vizinhança.

A questão não é inédita. Pelo menos desde os anos 70, os estudos sociológicos a propósito dos colonos (proprietários das terras onde vivem e trabalham) dedicam-se a investigar a verdadeira extensão da autonomia sobre o destino da propriedade (Liedke, 1977; Tavares dos Santos, 1978). Na época, analisava-se o descompasso entre uma ideologia da autossuficiência, expressa em um discurso de trabalho livre, e os constrangimentos econômicos aos quais os colonos se submetiam para garantir sua reprodução social na qualidade de colonos. Acredito que essa contradição central permaneça operante, com a ressalva de que houve mudanças significativas no plano das elaborações mentais a respeito de sua relação com o mundo externo ao sítio e ao campo.

Quando essas pesquisas foram desenvolvidas, o uso de agrotóxico ainda não havia se firmado tanto quanto hoje, tampouco os mutirões haviam saído de cena ou os galpões eram contratados, em vez de construídos localmente. As transformações que então se iniciavam hoje estão bastante estabilizadas. Com elas, novos sujeitos e objetos compuseram e compõem o cotidiano camponês. São técnicos agrícolas, analistas de crédito, extensionistas rurais, comerciantes de agropecuárias, vendedores e mecânicos de máquinas agrícolas, empresas de estruturas pré-fabricadas etc.

À medida que os colonos se habituaram com outras formas de economia e tecnologia no interior dos seus sítios, depararam-se com um dilema: se, por um lado, o colono é caracterizado pela autossuficiência, o que, por sua vez significa a capacidade de vida dentro de um campo delimitado, e, por outro, a vida rural se

apresenta cada vez mais externa ao sítio e seus insumos, ainda se é colono quando o interior de tal campo delimitado já não supre o básico para reprodução social? Meu argumento é que os colonos conciliaram essa contradição por meio da expansão dos limites responsáveis por delimitar o “interior” da vida camponesa.

O sítio não é mais a medida do mundo ou um microcosmo dentro do qual a maior parte dos insumos da cadeia produção-consumo se encontra e a partir do qual o universo externo é lido e interpretado projetivamente. Isso não significa, entretanto, que os camponeses tenham abandonado a identificação com uma noção de universo próprio, distinto daquele dos grandes centros urbanos, por exemplo. Tampouco a redefinição de limites simbólicos deprecia o valor conferido à autossuficiência – o que houve foi a expansão do campo semântico do prefixo “auto”. Hoje, esse campo semântico se vincula a um termo amplamente difundido na mídia e, concordemos ou não, na boca dos colonos: “Agro”. Não parece ser fortuito o fato de que, com “Agro”, termos para referentes minimamente distintos, como “agricultura”, “agroindústria” e “agronegócio” são eficazmente permutados por um só vocábulo generalista. “Agro” engloba desde o serviço manual do camponês às transações internacionais de insumos agrícolas.

A discussão requer uma nota para diferenciar a particularidade deste trabalho. Quando discute os contrastes entre a agricultura do que chama camponeses e empreendedores (rurais) em Parma, Itália, Jan Van der Ploeg caracteriza os segundos por meio de um alto volume de “externalização”, ou seja, de transferência de atividades e insumos para fora do sítio. A externalização gera relações de dependência entre os produtores e outros setores do mercado agrícola (Van der Ploeg, 2008). É difícil recusar por completo as qualificações de Van der Ploeg. Mas o motivo de as comentar é ajustar nossa perspectiva em relação à realidade dos colonos, que não aceitariam facilmente a divisão entre campesinato e empreendedorismo rural. Dirijo-me, afinal, a uma espécie de meio-termo, a saber, como opera a externalização dentro do modelo camponês. Ou melhor, já que não restituo aqui os processos históricos na origem dessa externalização (cf. Seyferth, 1974), o que observo é, mais precisamente, a resposta ou a reorganização social e simbólica dos colonos diante de uma externalização cada vez mais consolidada.

Voltemos, porém, às cidades pequenas, onde muitos dos sujeitos vinculados ao “Agro”, mas não agricultores (lojistas de agropecuária, técnicos agrícolas, atendentes de instituições de crédito rural, funcionários públicos de órgãos municipais de agricultura etc.) estão socialmente ligados aos colonos. São parentes, vizinhos, parentes de vizinhos, vizinhos de parentes, congregantes de uma mesma igreja, correligionários partidários, frequentadores dos mesmos mercados e botehos, participantes das mesmas feiras agrícolas etc. Aliás, a construção e o reconhecimento locais do termo “agricultor” são recentes (Belem, 2019) e foram capazes de encobrir uma variedade classista e étnico-racial de categorias camponesas, a exemplo de “sitiante”, “colono”, “caipira”, “arrendeiro”, “meeiro”, entre outros⁴.

Em continuidade a uma homogeneização das desigualdades camponesas sob a égide da categoria “agricultura” ou “agricultura familiar”, o reconhecimento da amplitude da noção de “Agro” permite agrupar esses outros sujeitos mencionados junto aos ditos “agricultores” propriamente ditos. “Agro” é a elaboração verbal e ideológica de uma realidade subjacente dentro da qual os colonos se veem próximos,

⁴ Vale indicar que não presenciei nenhuma discussão sobre a ideia de “Agro” na breve experiência no assentamento do MST. Tais considerações se limitam, portanto, ao campo no Alto Vale do Itajaí, SC.

ou no mínimo, integrados a sujeitos antes classificados como externos ao universo da produção agrícola. A expectativa é reduzir o acirramento das tensões entre as classes produtivas da economia rural.

A bem dizer, o que a propaganda projeta é uma inversão de figura e fundo. A produção agropecuária deixa de figurar como um setor específico dentro de uma economia mais vasta e se torna, metonimicamente, o fundo econômico por excelência, ele mesmo composto por diferentes setores que incluem desde o serviço braçal na lavoura aos cálculos da logística exportadora. O slogan midiático arremata – e os colonos parecem concordar –: “Agro é tudo”. Em direção semelhante, Caio Pompeia denuncia a estratégia dessa sinédoque manipuladora que permite aos setores do agronegócio englobarem dentro de si a agricultura familiar e os indicadores dela provenientes (Pompeia, 2010). O que observo é que no caso dos colonos são os próprios sujeitos da agricultura familiar que replicam essa lógica de inclusão no agronegócio.

Cabe aqui retomar a particularidade do campesinato dos colonos no Sul ou de origem sulina, a partir do qual produzimos estas reflexões. Trata-se de um setor camponês cuja subordinação produtiva está vinculada não à falta de recursos ou ao distanciamento de inovações técnicas, mas justamente à presença desses fatores historicamente promovidos por agências exógenas. Tais incorporações técnicas são os vetores por meio dos quais as relações sociais envolvidas na produção são disputadas e geridas em ambas as pontas da cadeia de suprimento: camponeses e fornecedores.

A própria colonização se constituiu pelo fornecimento, mediante dívida, de insumos, ferramentas e terras que adquiriam do Estado ou das companhias colonizadoras, a depender da época e do local. Posteriormente, ainda no começo do século XX, foram os colonos que serviram de mão de obra para a instalação dos Sistemas Integrados na agricultura nacional, por meio dos quais empresas internacionais vendiam aos colonos pacotes tecnológicos de produção, sobretudo de tabaco, mas depois também de criação avícola e suína, para uma futura compra por parte da mesma empresa. A estruturação do crédito rural e a categorização da “agricultura familiar” enquanto objeto e medida das políticas públicas também estiveram ligadas aos colonos. Entre os colonos (no Sul ou em suas migrações posteriores para outras regiões), a mecanização do campo deixou de ser exclusividade do latifúndio e encontrou espaço na produção em pequenas propriedades.

Nos sucessivos esforços de modernização do campo brasileiro, os colonos foram apresentados como protagonistas supostamente autônomos, pelo fato de comporem a linha de frente de implementações tecnológicas (Seraphim, 2021a). Acredito ter, ao menos, reaberto caminhos para questionar se a incorporação técnica é necessariamente sinônimo de autonomia – problema comum aos estudos de adoção tecnológica (Akrich, 2014; Cesarino, 2017). Além disso, pudemos observar que a expansão das frentes de implementos técnicos precisou ser simbolicamente respondida por um reenquadramento do que é o universo interior do trabalho camponês.

Chame ou não a identificação colono com o “Agro” de ideologia, fato é que existe um encadeamento material que vincula, por meio de mediadores familiares, o trabalho no sítio a sistemas técnicos e econômicos cujo controle lhes escapa em larga medida. A publicidade midiática que veicula imagens de um setor rural integrado não mente, mas omite o caráter exploratório dessa integração. Por sua vez, ao colono, dependente de insumos exógenos e munido de uma moralização da autossuficiência, restam duas alternativas. Ou renuncia à identificação como proprietário de meios de produção, aproximando-se das formas locais de proletarização rural (Seraphim, 2024); ou recalbra sua visão a ponto de

enxergar um lugar para si dentro de um campo social maior, expressado com uma gramática semelhante à sua (trabalho, terra, propriedade, família etc.).

Considerações finais

Certo dia presenciei uma conversa entre meu avô e outro colono idoso, seu amigo de longa data. Discutiam, a sério, cenários de ficção científica camponesa: e se, por qualquer motivo, acabasse a energia elétrica no mundo, os colonos sobreviveriam? Favorável à persistência dos colonos estava meu avô. Dizia que cultivavam o alimento para o próprio consumo e que, para produzir energia mecânica, restaurariam os moinhos d’água, antes comuns na região. Menos entusiasta, seu amigo retrucava que talvez os colonos de antigamente fossem capazes desses feitos, mas não os de hoje, habituados a implementos técnicos instalados e mantidos com o auxílio de outros profissionais. Nessa disputa, dois colonos traduziam o dilema da condição camponesa em termos especulativos e, no fundo, perguntavam-se: ainda somos autossuficientes?

Do nosso lado, não queremos parecer arautos de mais uma morte do campesinato, tampouco de seu reavivamento (Almeida, 2007). O esforço deste texto consiste antes em uma requalificação da categoria, não tanto a partir da verificação de uma realidade de substituições irrefreáveis nos processos de produção-consumo, senão da observação do tênuo convívio entre a internalização dos supostos da produção e a incorporação de insumos externos. À guisa de fechar as duas pontas que compõem este texto, vale ressaltar que tal equilíbrio instável se fez perceber primeiramente pelo estudo dos hábitos de consumo do café solúvel, idealizado como sua forma moderna, efetivamente industrializada, em meio a mesas tão cheias de produtos valorizados precisamente pelo seu caráter de elaboração artesanal.

O camponês colono já não se vê “camponeizado” (Bourdieu, 2006), pela oposição irremediável com a vida na cidade e a proletarização, tampouco por um corpo que consome aquilo que produz. Agora reconhece-se como camponês, ou como colono ao menos, à medida que se experiencia o dilema da autossuficiência e as reações por ele suscitadas. A cena do café à mesa, ao início do texto, apresenta uma instância singela, pouco dramática, mas bastante didática, dessa convivência interna à cadeia produção-consumo, em que ingredientes extensamente elaborados dentro do sítio dividem espaço com bens adquiridos, como o café solúvel.

Por certo, estas considerações pretendem dar conta de um campesinato particular, o de colonos sulinos. Herdeiros de um histórico de distribuição fundiária (ainda que mediante endividamento) nos séculos XIX e começo do XX, partícipes das iniciativas de integração econômica junto aos mercados locais e regionais e sujeitos de uma racialização aceita e incorporada a um ideal branco de Brasil, os colonos estão longe de serem representativos de toda uma classe camponesa nacional. O limite em termos de grupo social encontra ainda um limite em termos do pensamento social elaborado.

Se ative-me à discussão de um campo simbólico e moral da vida camponesa, expressa aqui menos por disputas fundiárias do que por uma renovada “gramática” rural, em parte é porque a emancipação almejada pelos colonos não deixa de ser “conservadora”, contente com reconhecimento moral e de mercado. Ou assim o é enquanto não houver pressão fundiária, mão de obra excedente e problemas de sucessão, circunstâncias que levaram os colonos do Norte do Rio Grande do Sul a formarem as primeiras

experiências do MST nos anos 80. De toda forma, a inserção colona num ideal que gravita em torno da noção de “Agro” dá continuidade aos processos de distinção diante de outros sujeitos camponeses, estes à margem racial, fundiária e produtiva. De toda forma, reconheço as restrições de uma posição semântica voltada ao um processo social vivenciado também em capacidades técnicas e em relações de poder.

Em que pese esse exercício etnográfico a respeito de variados trabalhos desempenhados pelos colonos referei o rótulo “Agro”, devo reforçar que a referência não se justifica diretamente por conta dos usos ecléticos, incorporações ou externalizações das atividades do sítio no camponês. Essa complexa relação dentro/fora do sítio já existia com contornos de exploração da produção camponesa e aparece, ainda que diferentemente, em toda forma de campesinato. O ponto agora é que os colonos encontraram – e positivaram – um termo guarda-chuva para essa relação interior/exterior, ao passo que antes os elementos categorizados de forma similar não os abrangiam exatamente. Um bom exemplo no Alto Vale do Itajaí são as empresas fumageiras (em sua maioria internacionais), apelidadas de “firmas”. Embora vendessem suas lavouras de fumo para elas e mantivessem interações contratuais ano após ano, os colonos dificilmente se considerariam parte das firmas. Ao que parece, é esse sentimento de participação que o aparato do “Agro” oferece.

Aliás, não suponho ter realizado uma antropologia do agronegócio (Heredia, Palmeira, Leite, 2010), mas sim uma contribuição à antropologia – ou mesmo à etnologia – dos colonos sulinos, abrangendo um vínculo possível entre seu sistema culinário e expressões ideológicas em torno de um novo vocabulário ruralista. Para tanto, o artigo desenvolveu uma experimentação da abordagem simbólica do trabalho camponês que inclui dados etnográficos e questões analíticas para além daquelas originadas no campo dos ditos conhecimentos tradicionais. Eis uma das contribuições pretendidas com este trabalho. Cabe à discussão vindoura apreciar as vantagens ou desvantagens desse movimento teórico-metodológico.

Com base na história do consumo de café entre os colonos, em que vegetais substitutos eram tostados, pilados e acrescidos ao café em pó, favorecemos a hipótese de que o café solúvel figura como um ponto industrializado em uma mesa artesanal justamente porque, no Sul, o café não constituiu um elemento amplamente trabalhado desde etapas de cultivo. Em outras palavras, os alimentos com artesania persistente no trabalho de consumo são aqueles que se sabe elaborar e aproveitar amplamente desde a etapa de produção. O corolário deste primeiro argumento está na constatação de que as transformações no consumo não ignoram o material transformado, de modo que uma mudança de hábito não necessariamente é sinal de mudanças generalizadas dentro de um mesmo código da vida social, a exemplo da alimentação, em que receitas consideradas tradicionais continuam presentes.

Outras mudanças em diferentes dimensões da vida camponesa foram avaliadas sob essa mesma luz e ali pudemos verificar a constância da tensão entre autossuficiência e incorporação de técnicas e objetos externos, a princípio. No entanto, os colonos parecem elaborar um ampliamento dos limites dentro dos quais as atividades são consideradas “internas”. Atualmente, a abertura de enquadre encontra respaldo na noção de Agro, por meio da qual uma série de atividades econômicas, antes estranhas ao mundo do sítio, participam agora de um mesmo campo semântico e tecnológico de reconhecimento.

Um operador de crédito rural certamente não é um colono em sentido estrito, mas é cada vez mais plausível que possam se encarar mutuamente como integrantes de uma mesma dimensão produtiva. Dessa maneira, o fato de o colono não reter a mesma internalização dos supostos da produção

não descaracteriza sua condição de colono. Ele é colono porque transita entre, por um lado, uma alta capacidade de elaboração local dos insumos com que vive e, por outro, a aquisição de insumos de um campo industrial que compõem um fundo econômico comum, hoje chamado de Agro.

Concluo apontando que a propaganda midiática em torno do “Agro” não simplesmente empurrou ideias para dentro da cabeça dos colonos. Apenas lhes ofereceu – o que é igualmente eficaz – uma expressão por meio da qual eles podem veicular a estratégia simbólica que hoje elaboram diante dos dilemas vivenciados entre a expectativa de autossuficiência e a tendência à incorporação. O que é certo é a necessidade de responder à instabilidade da convivência entre o artesanal e maquinário, o antigo e o novo, o interno e o externo sem abrir mão de uma identidade social distinta, a de colono.

Yves Marcel Seraphim é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e trabalha como antropólogo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), divisão da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), RS.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ruben Oliven por oportunizar a redação preliminar deste artigo em um ambiente de troca intelectual junto aos colegas de doutorado na UFRGS. O professor e os colegas contribuíram com perguntas, críticas e sugestões valiosas; aos pareceristas anônimos que ofereceram contrapontos necessários que permitiram um melhor ajuste ao escopo dos argumentos do artigo. Em memória de Afonso Weiduschat, meu avô e pensador colono dos hábitos produtivos e alimentares.

REFERÊNCIAS

- Akrich, M. (2014). Como descrever os objetos técnicos? *Boletim Campineiro de Geografia*, 4(1), 161–182. <https://doi.org/10.54446/bcg.v4i1.147>.
- Almeida, M. (2007). Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, 1(2), 157–186. <https://doi.org/10.53000/rr.v1i2.656>.
- Bataille, G. (2014). A noção de dispêndio. In *A parte maldita* (pp. 19–33). Autêntica.
- Belem, R. (2019). *A construção da categoria agricultura familiar no Mercosul: um estudo a partir dos casos do Brasil e da Argentina* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193337>
- Bloemer, N. (2000). *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura.
- Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 83–92. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>.
- Brandão, C. R., & Ramalho, J. (1986). *Campesinato goiano*. UFG.
- Brandão, C. R. (1995). *A partilha da vida*. Geic/Cabral Ed.
- Carneiro, A. (2015). *O povo parente dos buracos*. E-Papers.
- Cesarino, L. (2017). O “camponês” enquanto contexto: transferência de tecnologia em um projeto de cooperação sul-sul. In C. Sautchuk (Org.), *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas* (pp. 69–94). ABA Publicações.
- Fonseca, L. M. da. (2019). *Assentar gente e semente: circuitos domesticadores entre agricultoras e plantas no assentamento de reforma agrária 12 de julho – RS* [Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/246092?show=full>
- Heredia, B., Palmeira, M., Leite, S. P. (2010). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), 159–176. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>.
- Instituto Socioambiental (ISA). (2017). *Dossiê: Sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira - SP (Vol. I)*.
- Liedke, É. (1977). *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul* [Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília]. Repositório Digital da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196184>
- Marx, K. (2017). *O capital – Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Mauss, M. (2005). Ensaio sobre a dádiva. In M. Mauss, *Sociologia e antropologia* (pp. 149–176). Cosac Naify.
- Menasche, R. (2004). Capinar: Verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 53, 25–36. <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1258>.
- Menasche, R. (Org.). (2007). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Editora da UFRGS.
- Miller, D. (1997). Coca-cola: A black sweet drink from Trinidad. In D. Miller (Ed.), *Material cultures* (pp. 169–187). UCL Press/University of Chicago Press.
- Nascimento, R. (2009). Elementos do comportamento do consumo através da comunicação da marca. *Communicare*, 9(1), 137–147. <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/07/Communicare-vol.-9.1.pdf>
- Oliveira, N. R. (2009). *Sabores na história: um estudo a partir dos saberes e fazeres alimentares de agricultores familiares de Jaboticaba, RS* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Digital da UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8839>
- Paulilo, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), 64–70. <https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>
- Pompeia, C. (2020). “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes antropológicos*, 56, 195–224. <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832020000100009>.
- Seraphim, Y. M. (2021a). Venenosos abraços: o disciplinamento fumo-fumicultor no Alto Vale do Itajaí (SC). *R@U*, 13, 173–192. <https://doi.org/10.52426/rau.v13i1.370>.
- Seraphim, Y. M. (2021b). Transformações técnicas na roça do Alto Vale do Itajaí (SC): hipóteses a propósito do declínio do mutirão agrícola. In VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, 2021, São Carlos (online). *Anais da VIII Reunião da Antropologia da Ciência e da Tecnologia*. v. 1, 2521–2534. <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3846>.
- Seraphim, Y. M. (2024). De volta ao proletariado rural: revisão da categoria e o caso da fumicultura. In J. O. B. Marin. (Org.), *Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco: a experiência brasileira* (pp. 211-233). CLACSO.
- Seyferth, G. (1974). *A imigração alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Movimento.

Seyferth, G. (1982). A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, 37, 1–33.

Sigaut, F. (1994). Technology. In T. Ingold (Ed.), *Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life* (pp. 420–459). Routledge.

Tavares dos Santos, J. V. (1978). *Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Hucitec.

Van der Ploeg, J. D. (2008). *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. Earthscan.

Wanderley, M. N. B. (2009). A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. In Wanderley, M.N.B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade* (pp. 45-67). Editora da UFRGS.

Wedig, J., Menasche, R. (2008). Comida e classificações: homens e mulheres em famílias campesinas. *Caderno Espaço Feminino*, 20(2), 57–74. <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/2136>.

Wedig, J. (2009). *Agricultores e agricultoras à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22660>

Weimer, G. (2005). *Arquitetura popular da imigração alemã*. Editora da UFRGS.

Woortmann, E. (2009). O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In E. P. Godoi et al. (Org.), *Diversidade do campesinato: expressões e categorias* (Vol. 2, pp. 245–266). Editora Unesp.

Woortmann, E. (2013). A comida como linguagem. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 11(1), 5–17. <https://doi.org/10.18224/hab.v11.1.2013.5-17>.

Woortmann, E., Woortmann, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura campesina*. Editora Universidade de Brasília.

Woortmann, E., Cavignac, J. (2016). *Ensaios sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios*. EDUFRN.

Woortmann, K. (1982). A transformação da subordinação. *Anuário Antropológico*, 6(1), 204–229. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6195/7796>.

POR QUE OS COLONOS TOMAM CAFÉ SOLÚVEL? HIPÓTESES SOBRE MUDANÇA E PERMANÊNCIA DO TRABALHO CAMPONÊS

Resumo: Embora a culinária camponesa seja frequentemente caracterizada pela qualidade artesanal do preparo dos seus alimentos, entre os colonos do Sul do Brasil é comum consumir um tipo de café moderno: o café solúvel. Comparando o trabalho de campo com os colonos e exemplos da literatura etnográfica de outros grupos camponeses, este artigo explora hipóteses que expliquem essa aparente contradição alimentar. A tese mais coerente é aquela que postula uma permeabilidade seletiva dos processos de trabalho no interior do sítio camponês. O fato de o café não ser produzido localmente pelos colonos facilita a mudança em sua forma de consumo. O artigo leva adiante o problema da autossuficiência camponesa para outros aspectos da vida social (arquitetura, mutirões, maquinário agrícola) a fim de observar a resposta às mudanças: a redefinição de limites sociais do que é ser camponês, e mais particularmente, do que é ser colono, gerando a base necessária à emergência da categoria “Agro” como englobante da vida rural.

Palavras-chave: Antropologia Rural; Antropologia da Alimentação; Colonos; Trabalho; Agro.

WHY DO COLONOS DRINK INSTANT COFFEE? HYPOTHESES ON CHANGE AND PERMANENCE OF PEASANT LABOR

Abstract: Although peasant cooking is often characterized by artisanal preparation of food, among *colonos* in the South of Brazil, it is common to consume a modern kind of coffee: instant coffee. Comparing fieldwork among *colonos* and examples from ethnographic literature on other peasant groups, this article explores some hypotheses which explain this apparent cooking contradiction. The most coherent thesis is the one which postulates a selective permeability of labor processes within the peasant farm. The fact that coffee is not produced locally by the *colonos* facilitates change in its mode of consumption. The article takes the problem of peasant self-sufficiency forward to other aspects of social life (architecture, mutual aid, agricultural machinery) in order to observe the response to changes: the redefinition of social boundaries of what it a peasant is, generating the necessary base for the rise of the “Agro” category as encompassing of rural life.

Keywords: Rural Anthropology; Anthropology of Food and Eating; Colonos; Labor; Agro.

¿POR QUÉ LOS COLONOS BEBEN CAFÉ INSTANTÁNEO? HIPÓTESIS SOBRE EL CAMBIO Y LA PERMANENCIA DEL TRABAJO CAMPESINO

Resumen: Aunque la cocina campesina suele caracterizarse por la calidad artesanal de la preparación de los alimentos, entre los colonos del sur de Brasil es común consumir un tipo de café moderno: el café instantáneo. Comparando el trabajo de campo con los colonos y ejemplos de la literatura etnográfica de otros grupos campesinos, este artículo explora hipótesis que explican esta aparente contradicción dietética. La tesis más coherente es la que postula una permeabilidad selectiva de los procesos de tra-

jo dentro de la finca campesina. El hecho de que los colonos no produzcan café localmente facilita cambiar la forma en que se consume. El artículo lleva adelante el problema de la autosuficiencia campesina a otros aspectos de la vida social (arquitectura, trabajo colectivo, maquinaria agrícola) para observar la respuesta a los cambios: la redefinición de los límites sociales de lo que significa ser campesino, generando la base necesaria para el surgimiento de la categoría “Agro” que abarca la vida rural.

Palabras clave: Antropología Rural; Antropología de la Alimentación; Colonos; Trabajo; Agro.

SUBMETIDO: 11/11/2024

APROVADO: 03/02/2025

PUBLICADO: 31/07/2025



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons BY-NC